

Paper presented at the RCLS-SDJ Conference 'Law and Citizenship Beyond the States', Lisbon, 10-13 September 2018

1132 Socio-Legal Journals in a Changing Global Editorial Field

Os desafios editoriais e da identidade do periódico como sociológico do direito

Artur Stamford da Silva (RBSD Editor – ABraSD - Brasil)

Agradeço a Pierre Guibentif o convite e a oportunidade de participar deste painel. Aproveito para parabenizar todos e todas envolvidos na organização e realização deste Encontro anual a RCLS.

Minha exposição está dividida em 4 etapas:

- a) a RBSD;
- b) Os desafios da RBSD se configurar como periódico de qualidade e com identidade de sociologia do direito;
- c) QUALIS/CAPES e/ou Fator de Impacto;
- d) Os tópicos deste painel.

Da leitura do Programaⁱ deste encontro, identifiquei os seguintes tópicos:

1. Revistas são mais consultadas on-line
2. Concentração de artigos individuais
3. Os novos meios de comunicação científica (blogs etc.)
4. Editores multinacionais, agências de indexação
5. Publicar em idiomas que não o inglês
6. O desafio de publicar periódicos especializados
7. A identidade disciplinar
8. Cooperação x autores / jornais de competição

I A RBSD

A ABraSD foi criada em 2010. Em janeiro de 2014 foi publicado seu primeiro número. Com periodicidade semestral, a RBSD era publicada no site da ABraSD e teve como Editor o Prof. Dr. Fernando Rister.

Em 2015, fui nomeado Editor. O maior desafio da RBSD é atender as exigências de agências de indexação, por isso hoje a sua periodicidade é quadrimestral, está na plataforma OJS, realiza avaliação às cegas (DBR), tem D.O.I e está indexada em nacionais e internacionais indexadores.

II QUALIS/CAPES x Fator de Impacto

No Brasil, os Programas de Pós-graduação são avaliados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC). Para promover as avaliações, a CAPES conta com três Colégios, nove grandes áreas e 49 áreas de avaliação. Direito é uma área de avaliação, que integra a grande área de ciências sociais aplicadas, do Colégio de Humanidades.

Os principais critérios de avaliação da produção científica são: a) participação em eventos; b) orientações de graduação e pós; c) Publicações em livros e artigos.

1132 Socio-Legal Journals in a Changing Global Editorial Field

The editorial challenges and the journal's identity as sociological of law

Artur Stamford da Silva (RBSD Editor – ABraSD - Brasil)

Thank you Pierre Guibentif for your invitation and opportunity to participate in this panel. I take this opportunity to congratulate everyone involved in the organizing and holding this RCLS Annual Meeting.

I separate this presentation in 4 steps:

- a) a RBSD;
- b) The challenges of RBSD to be configured as a quality journal and with a sociology of law identity;
- c) QUALIS / CAPES and / or Impact Factor
- d) The topics of this panel.

From reading the Program of this meeting, I identified the following topics:

1. Journals are most consulted on line
2. Focus on individual papers
3. New media of scientific (blogs etc. communication)
4. Multinational publishers, indexing agencies
5. Publish in languages other than English
6. The challenge to publish specialized journals
7. The disciplinary identity
8. Cooperation x competition authors/journals

I The RBSD

ABraSD was created in 2010. In January 2014 its first issue was published. Every six months, RBSD was published on the ABraSD website and had as its Editor Prof. Dr. Fernando Rister, as its Editor.

In 2015, I was appointed Editor. The main challenge of RBSD is to meet the requirements of indexing agencies, so today its periodicity is four-monthly, we are in OJS platform, promote Double Blind Review, has D.O.I and is indexed in some national and international indexers.

II QUALIS/CAPES x IMPACTO FATOR

In Brazil, the Postgraduate Programs are evaluated by CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, foundation of the Ministry of Education (MEC).

To promote evaluations, CAPES has three Colleges, nine large areas and 49 evaluation areas. Law is an area of assessment, which integrates the large area of applied social sciences, from the College of Humanities.

The main criteria for the evaluation of scientific production are: a) participation in events; b) graduation and post supervisor(advisor); c) Publications in books and articles.

Segundo o Caderno de Área da CAPESⁱⁱ, no Brasil há noventa e nove programas de pós-graduação, sendo trinta e três programas de instituições públicas e sessenta e seis de instituições particulares.

A produção científica dos docentes é um dos critérios de avaliação dos Programas de Pós-graduação pela CAPES.

Cada Área da CAPES produz os critérios de avaliação da produção científica, hoje há: QUALIS LIVRO; QUALIS PERIÓDICOS; QUALIS EVENTOS.

Os extratos de pontuações para livros são: L4, L3, L2, L1, LNC.

Os extratos de pontuações para periódicos são: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

As pontuações para livros são: L4 = 200; L3 = 150; L2 = 100; L1 = 50, LNC = 0.

As pontuações para revistas são: A1 = 100; A2 = 85; B1 = 70, B2 = 55; B3 = 40; B4 = 25; B5 = 10; C = 0.

Os critérios atuais, da Área do Direito, aplicados nas avaliações são:

- a) Critérios mínimos: Editor responsável; Conselho Editorial; ISSN; Editorial; Regras de submissão; Frequência; Pelo menos um número do ano anterior publicado; Avaliação duplamente cega de pares de pelo menos 75% dos artigos; Mínimo de 14 artigos por volume; Afiliação institucional dos autores e membros do Conselho Editorial e do Corpo de Opinião Ad-hoc; Títulos, resumos e palavras-chave / descritores em português e inglês; Data de recebimento e aceitação de cada artigo;
- b) Exogenia do corpo editorial, autores / coautores e árbitros em relação à unidade da federação da Instituição responsável pela revista, tomando como referência o menor dos três em cada um dos três números submetidos à avaliação, incluindo os números especiais, de acordo com as seguintes percentagens: A1 - 75%; A2 - 75%, B1 - 50%, B2 - 50%, B3 - 50%, B4 - 40%, B5 - 25%.
- c) Estar indexado em 2 ou mais bancos de dados: Latindex, IBSS, IBICT, RVBI, EZB, Diadorim, Portal da Revista Capes, VLex, Ulrich, HeinOnline, Resumo de Revistas Brasileiras, CiteFactor, DOAJ, SherpaRomeu, HAPI, Dialnet, Acadêmico, Banco de Dados de Periódicos, ICAP Proquest, Ebsco, Classe, REDIB, Redalyc.
- d) Para o estrato A1 e A2: índice de impacto no JCR e / ou SJR para o estrato A1 e o índice h de Escolar e / ou indexação no Scielo e / ou Scopus.

Em 2017, a Área de Direito classificou 2059 periódicos, sendo: 67 classificados no estrato A1; 80 = A2; 221 = B1; 180 = B2; 147 = B3; 164 = B4; 257 = B5 e 789 = C.

Esse sistema tem sido criticado ao ponto de estar em debate sua manutenção ou substituição por Fator de Impacto.

Em agosto deste ano, a Coordenação de Direito da CAPES está promovendo debates sobre avaliação dos Periódicos, o qual está pautado justamente pela manutenção do Sistema QUALIS-Periódicos, portanto que cada Área estabeleça os critérios de avaliação ou o QUALIS ser substituído por Fator de Impacto. A maior resistência está nas chamadas ciências humanas, pois a grande maioria de seus periódicos não têm Fator de Impacto relevante.

According to CAPESⁱⁱ, there are ninety-nine postgraduate programs in Brazil, of which thirty-three are public institution programs and sixty-six are private institutions.

The scientific production of teachers is one of the evaluation criteria of the Postgraduate Programs by CAPES.

Each CAPES Area produces the evaluation criteria of scientific production, today there are: QUALIS BOOK; QUALIS JOURNAL; QUALIS EVENTS.

Extracts from book scores are: L4; L3; L2; L1; LNC.

Extracts from Journals are: A1; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C.

The book score are: L4=200; L3=150; L2=100; L1=50, LNC=0.

The journal score is: A1=100; A2=85; B1=70, B2=55; B3=40; B4=25; B5=10; C=0.

The current criteria of the Law Area applied in the evaluations are:

- a) Minimum criteria: Publisher responsible; Editorial board; ISSN; Editorial; Submission rules; Frequency; At least one number from the previous year published; Double blind peer evaluation of at least 75% of articles; Minimum of 14 articles per volume; Institutional affiliation of the authors and members of the Editorial Board and the Ad-hoc Body of Opinion; Titles, abstracts and keywords/descriptors in Portuguese and English; Date of receipt and acceptance of each article;
- b) Exogenia of editorial board, authors / coauthors and referees in relation to the unit of the federation of the Institution responsible for the journal, taking as a reference the lowest of the three in each of the three numbers submitted to the evaluation, including the special numbers, according to the following percentages : A1 - 75%; A2 - 75%, B1 - 50%, B2 - 50%, B3 - 50%, B4 - 40%, B5 - 25%.
- c) Indexed in 2 or more databases: Latindex, IBSS, IBICT, RVBI, EZB, Diadorim, Capes Journal Portal, VLex, Ulrich, HeinOnline, Summary of Brazilian Journals, CiteFactor, DOAJ, SherpaRomeu, HAPI, Dialnet, Academic, Journals Database, ICAP Proquest, Ebsco, Class, REDIB, Redalyc.
- d) For stratum A1 and A2: impact index in the JCR and / or SJR for stratum A1 and the index h of Scholar and / or indexing in Scielo and / or Scopus.

In 2017, Law Area classified 2059 journals, they are: 67 classified in stratum A1; 80 = A2; 221 = B1; 180 = B2; 147 = B3; 164 = B4; 257 = B5 and 789 = C.

This system has been criticized to the point of being under the debate its maintenance or replacement by Impact Factor.

In August 2018, the CAPES Law Coordination is promoting debates about Journals evaluation. The central point is precisely based on if is better to maintain the QUALIS-Journal System or be replaced by Impact Factor. The greatest resistance is in the so-called human sciences, because the majority of their journals do not have relevant Impact Factor.

Voltando à RBSD, hoje ela está indexada em algumas plataformas e avaliada no extrato B1 (QUALIS).

Nossas despesas são com o Servidor (hospedagem), D.O.I. e diagramação. Provedor, custa 15 dólares ao mês = 130, ao ano; D.O.I. custa 5 dólares por artigo, gastamos em média, 150 dólares ao mês, 600 dólares ao ano e com a diagramação, pagamos 315 dólares por Número, totalizando 945 dólares ao ano.

Em direito, pelo menos no Brasil, predomina a cultura da publicação de livro, o que tem gerado à questão do sentido, do lugar, do valor de publicação em artigos.

Principais desafios:

- a) Ser um periódico de referência;
- b) Publicar artigos de autores renomados espontaneamente e não só quando convidados;
- c) publicar os artigos em português e em inglês;
- d) manter a qualidade dos artigos publicados;
- e) garantir sua identidade como revista sociológica do direito;
- f) ser indexada no SciELO, Scopus; ISI ou JCR (Thomson Reuters).

Por fim, os tópicos deste painel:

1 Revistas são mais consultadas on-line

Esse tópico me remete à questão de, em direito, livros serem mais valorizados que artigos. O que me remete a problemas tais como:

- 1.1 o ensino jurídico é pautado por leitura de cadernos ou, quando muito, leitura de manuais. Não há estímulo para o estudante acessar artigos. Raras, raríssimas disciplinas lidam com artigo;
- 1.2 em direito predomina a lógica de reprodução de ideias e não de debate e reflexão para mudanças;
- 1.3 não há estímulo para pesquisa em direito.

A cultura jurídica de publicação de livro é um grande desafio para um periódico se tornar referência, inclusive periódicos com identidade de dogmáticos.

2 Os novos meios de comunicação científica (blogs etc.)

As formas de comunicação passaram do papel para o espaço virtual. Os periódicos não estão na contramão, mas sim na tendência. Não vejo como oponentes: Blogs e periódicos.

Porém o acesso a artigos sim é um problema. Há artigos que custam 50 dólares e há periódicos de livre acesso.

Ocorre que os custos para manter um periódico de qualidade e bilingue não é suportado pela maioria das instituições que têm periódicos no Brasil.

3 Editores multinacionais, agências de indexação

Sei que no Chile, na Argentina, na Colômbia o processo de avaliação dos docentes só considera artigos publicados em periódicos indexados com ISI ou JCR (Thomson Reuters).

Ocorre que indexar nessas agências demanda investimentos que a ABraSD, por exemplo, não suporta, principalmente porque os artigos devem ser publicados também em inglês.

Sequer os artigos de renomados autores internacionais como os de autoria de Gunther Teubner, Fischer-Lescano, Chris Thornhill, Dario Rodrigues levam a RBSD a ter um bom fator de impacto, por exemplo, no Google Acadêmico.

Going back to RBSD, today it is indexed on some platforms and B1 QUALIS evaluated.

We have expenses with Server (hosting), D.O.I. and layout. Server costs \$ 15 a month = 130, per year. D.O.I. costs \$ 5 per article, we spend on average of \$ 150 a month, \$ 600 a year; with layout, we pay \$ 315 per Number, totalizing \$ 945 a year.

In law, at least in Brazil, the culture of book publishing predominates, which has generated the issue of meaning, place, and the value of publication in articles.

The challenges:

- a) to be a reference Journal;
- b) publish articles by experts spontaneously and not just when they are invited;
- c) publish the articles in Portuguese and English;
- d) maintain the quality of the articles published;
- e) guarantee the sociology of law identity;
- f) to be indexed in SciELO, Scopus; ISI or JCR (Thomson Reuters).

For finish, the topics of this panel:

1 Journals most consulted on line

I return to the topic of, in law, books are more valued than articles. This brings me to a problem such as:

- 1.1 legal education is based on reading of notebooks or, at most, reading manuals. There is no encouragement for the student to access articles;
- 1.2 in law, the logic of the reproduction ideas prevails than debate and reflection for change;
- 1.3 there is no stimulus for research in law.

The legal culture of publication is a great challenge for a journal to become reference, including dogmatics journals.

2 New media of scientific (blogs etc.)

The forms of communication have moved from paper to virtual space. The journals are not against it, they are actually in the trend. I do not see as opponents: Blogs and newspapers.

A relevant point here is access to articles. There are articles that cost \$ 50. There are free access journals.

Occur that the costs to maintain a quality and bilingual journal are not supported by most of the institutions that have periodicals in Brazil.

3 Multinational Publishers, Indexing Agencies

I know that in Chile, Argentina, Colombia, the teacher evaluation process only considers articles published in journals indexed by ISI or JCR (Thomson Reuters).

It happens that indexing in these agencies demands investments that ABraSD, for example, does not support, mainly because the articles must be published also in English.

Even the articles by renowned international authors such as Gunther Teubner, Fischer-Lescano, Chris Thornhill and Dario Rodrigues do not lead RBSD to have a good impact factor, for example, in Google Scholar.

4 Publicar em idiomas que não o inglês

Esse tópico envolve duas questões centrais: internacionalização e abrangência de público.

É fundamental divulgar as ideias. No Brasil, em direito, só faz pesquisa quem leciona. Se queremos que os alunos leiam o que escrevemos, o artigo tem que ser em português.

Eu mesmo, quando quero citar autores alemães, franceses, russos, orientais, busco por artigos e livros em inglês.

5 O desafio de publicar em periódicos especializados

Sobre esse tópico, pensei na relação da sociologia do direito com os demais saberes jurídicos e mais especificamente, na MITdisciplinarietà (Multi/Inter/Transdisciplinarietà) tão almejada pela sociologia do direito.

O que imagino como maior desafio é promovermos uma INVASÃO sociológica do direito nas reflexões e periódicos dogmáticos. No Brasil não tenho visto rejeição na publicação, vejo rejeição da visão sociológica em debates com juízes, mas essa é outra dimensão.

6 A identidade disciplinar

Com editor, meu maior desafio é a identidade da RBSD. A cada artigo submetido, faço uma primeira leitura para verificar se o artigo respeita as normas da RBSD e se é da área. Mas????

Essa questão me remete a aos dois problemas da ciência apontados por Karl Popper: o problema de HUME (a indução) e o problema de Kant (a demarcação da ciência). Ou seja, que fatores usar para diferenciar doutrinação de cientificidade? Quais fatores podemos estabelecer para definir que um periódico é de sociologia do direito?

Com editor, meu maior desafio é a identidade da RBSD. A cada artigo submetido, faço uma primeira leitura para verificar se o artigo respeita as normas da RBSD e se é da área. Mas????

Quando o autor não respeita as normas editoriais, dependendo do grau, envio um email para ele promover pequenos ajustes; quando há muitos erros, rejeito o artigo, podendo o autor(a) corrigir e submeter novamente o artigo.

Aprovada a formatação, passo a verificar se se trata de artigo sociológico do Direito. Ocorre que não há critério para isso, confesso. Mas diante do artigo, consigo dizer se e porque é um artigo capaz de ser enquadrado como sociológico do direito.

Não se trata da dicotomia teoria e prática, ou visão dogmática ou sociológica, como se pode ler na polêmica Hans Kelsen x Eugen Ehrlich, datada de 1913 a 1917. Chamo atenção para a importância do papel da Revista Humanidades (*die geisteswissenschaften*) no registro deste debate, ainda central para a sociologia do direito.

Quando há reflexões com elementos da realidade, quando o texto não se reduz a reproduzir textos de legislação e jurisprudência, mas desenvolve reflexões sobre esses dados.

Sei que é amplo isso, mas, inclusive, dediquei as apresentações da RBSD de 2017 a essa questão e, as apresentações de 2018, à relação visão dogmática e visão sociológica.

4 Publish in languages other than English

This topic involves two central issues: internationalization and comprehensiveness of the public.

Disseminating ideas is fundamental. In Brazil, in law, only did research who taught. If we want students to read what we write, the article must be in Portuguese.

In my case, when I want to cite German, French, Russian, Oriental authors, I search for articles and books in English.

5 The challenge to publish specialized journals

About this topic, I thought about the relationship of the sociology of law with other legal knowledge and more specifically, in MIT-disciplinarity (Multi / Inter / Transdisciplinarity) so desired by the sociology of law.

What I imagine as the greatest challenge is to promote a sociological INVASION of law in dogmatic reflections and periodicals. In Brazil I have not seen rejection in the publication, I see rejection of the sociological view in debates with judges, but this is another dimension.

6 The disciplinary identity

As Editor, my biggest challenge is the identity of RBSD. For each submitted article, I do a first reading to verify if the article respects the standards of the RBSD and if the article is about sociology of law. But????

These questions refer to the two problems of science pointed out by Karl Popper: the HUME problem (the induction) and the Kantian problem (the demarcation of science).

That is, what factors to use to differentiate indoctrination of scientificity? What factors can we establish to define a journal as a sociology of law?

When the author do not respect the editorial rules, if it is no several, I send email for author asking him to adjust his article. If have mistakes a lot, I rejected the article and the author can resubmit it with the corrected errors.

Once the formatting is approved, I proceed to verify if the article fits as sociology of law. It happens that there is no criterion for this, I confess. But before the article, I can say if and why it is an article capable of being framed as sociological of law.

It is not about the dichotomy theory and practice, or dogmatic or sociological vision, as we can read in the controversial Hans Kelsen and Eugen Ehrlich, dating from 1913 to 1917. I draw attention to the important role of the Journal Humanities (*die geisteswissenschaften*) in the record of this debate, still central to the sociology of law.

When there are reflections with elements of reality, when the text does not reduce itself to reproduce texts of legislation and jurisprudence, but develops reflections on these data.

I know this is broad, but I even dedicated the 2017 RBSD presentations to this issue and the 2018 presentations to the dogmatic and sociological view.

8 Cooperação x autores / jornais de competição

Esse é um desafio. Talvez o maior da sociologia do direito. Mesmo em tempos em que temos da internet, quando se diz que estamos mais próximos e conectados.

Chamo atenção para o que chamo de síndrome da ESCOLA DE UM SÓ. A história da ciência, bem como a do direito, a da sociologia do direito é contada como se fosse a história de um autor.

Raros são os momentos teóricos que podem ser considerados movimentos, como a Escola do Recife (1860 a 1880); Escola de Frankfurt (1922-1923); Escola de Uppsala (1973/1974).

Quem sabe não precisamos pensar na possibilidade de integrar pesquisas, nem que seja com coleta de dados sobre um mesmo tema de diversos países.

Há espaços e alternativas, pois há financiamos de cooperação bilateral.

Fica a dica!

ⁱhttps://docs.wixstatic.com/ugd/d7baa9_4fa7ade044f24dcfbd91a322a59d80e9.pdf

8 Cooperation x competition authors/journals

This is a challenge. Perhaps the greatest of sociology of law. Even in times when we have the internet, when we say that we are closer and connected.

I call attention to what I call SCHOOL OF ONE syndrome. The science history, as well as the law, the sociology of law is told as if it were the story of a single author.

Rare are the theoretical moments that can be considered movements, like the School of Recife (1860 to 1880); Frankfurt School (1922-1923); Uppsala School (1973/1974).

How knows we do not need to think about the possibility of integrating research, even if it is with data collection on the same topic from different countries.

There are spaces and alternatives, as there are bilateral cooperation funds.

Stays the tip !

ⁱⁱhttp://www.capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Direito_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017_final.pdf